

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	17
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	25
2.10 Planos de negócios	26
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	28
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	29
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	31
5.4 Alterações significativas	35
5.5 Outras informações relevantes	36

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2023:

Em 2023, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as e0mpresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

b) estrutura de capital:

Estrutura de Capital	2023	2022
Capital próprio	30%	49%
Capital de terceiros	70%	51%

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era representada por 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros. Observa-se que houve variação significativa nesta composição no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022, sendo este impulsionado, principalmente, pelo aumento de dívidas captadas através de debêntures.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez e Recursos de Capital:

Em 31 de dezembro de 2023, o capital de giro líquido refletia um montante superavitário (excedente do ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 755 milhões, um aumento de R\$ 233 milhões quando comparado a 31 de dezembro de 2022, que o montante superavitário era de R\$ 522 milhões.

Observamos que, considerando os valores totais, o aumento dos saldos de 2023 em comparação a 2022 ocorreu principalmente no ativo circulante, ao passo que houve uma redução no passivo não circulante, com variações significativas em algumas rubricas específicas, conforme segue:

- Aumento de R\$ 105 milhões em Caixa e Equivalentes de Caixa, resultado do aumento significativo nas operações de financiamentos, devido a emissão de debêntures em 2023;
- Aumento de R\$ 35 milhões em Ativo Contratual, decorrente da RAP (Receita Anual Permitida) homologada pela ANEEL para o ciclo 2023/2024 a partir de 1º de julho de 2023;
- Redução de R\$ 120 milhões em Dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio no passivo circulante, fator diretamente relacionado a queda no lucro líquido do exercício, em comparação a 2023;
- Redução de R\$ 63 milhões em Debêntures, fator relacionado a pagamentos realizados ao longo de 2023 e a quitação do empréstimo que havia com o BNDES, sendo que as novas emissões de debêntures em janeiro e novembro de 2023 impactaram o passivo não circulante;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Embora tenha ocorrido outras variações no ativo circulante e no passivo circulante, as destacadas acima foram mais significativas. Além disso, cabe ressaltar que a Companhia monitora tempestivamente o capital circulante líquido, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2023 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2023	Pagamentos devidos por período (milhões de R\$)				
	Total	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	145	143	1	-	2
Empréstimos e Financiamentos – principal e encargos	494	48	447	-	-
Derivativos	20	-	20	-	-
Debêntures – Principal e Encargos ¹	2.626	165	628	837	995
Obrigações da Concessão ²	42	42	-	-	-
Entidade de previdência privada ³	748	83	83	249	332
Outros	1	1	-	-	-
Total de itens do Balanço Patrimonial	4.075	481	1.179	1.086	1.329
Projetos de construção de infraestrutura	851	426	395	29	-
Fornecedores de materiais e serviços	214	112	74	27	-
Total de outros compromissos	1.065	538	469	57	-
Total das Obrigações contratuais	1.065	538	469	57	-

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.
2. As obrigações de concessão estão relacionadas ao compromisso assumido pela Companhia em executar os serviços de operação e manutenção para manter os serviços de transmissão eficientes.
3. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

As principais necessidades de recursos da Companhia referem-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a expandir e modernizar o sistema de transmissão, inclusive em leilões para novas linhas de transmissão, uma vez que, caso a Companhia tenha sucesso em qualquer um desses leilões, necessitará de recursos adicionais para custear os investimentos necessários para expandir as operações aplicáveis.
- Pagamento de dividendos. Pagamos R\$ 839 milhões de dividendos em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia e suas controladas possuem capacidade financeira para fazer frente a seus passivos não circulantes. Uma das principais estratégias utilizadas para gerir os passivos de longo prazo é chamada de *funding*, ou seja, a Companhia antecipa-se nas necessidades de caixa para o horizonte de 12 meses e prioriza a liquidez de caixa.

O índice de liquidez geral da Companhia apresentou queda no exercício de 2023, sendo 0,351, em relação ao exercício de 2022: 0,447 (queda de 0,096).

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

d) fontes utilizadas para o financiamento do capital circulante e investimentos em ativos não correntes

As principais fontes de recursos provêm da geração de dinheiro decorrente das operações da própria Companhia e financiamento.

Durante o ano de 2023, houve obtenção de financiamentos para investir no segmento e, reforçar o capital de exploração da empresa, como foi o caso de novas emissões de debêntures.

A política de liquidez do Grupo CPFL baseia-se na detenção de fundos para cobrir as obrigações de curto prazo estabelecidas no cenário base, considerando a execução do plano de financiamento das necessidades de tesouraria para o ano em curso. Se houver uma necessidade adicional de numerário, a CPFL tem acesso fácil ao mercado de capitais para angariar fundos para cobrir estas necessidades adicionais.

Ao aplicar esta estratégia, pretendemos reduzir a exposição futura do grupo CPFL Energia ao fluxo de caixa e a sua exposição ao risco de taxa de juro, bem como manter o seu nível de liquidez e o seu perfil de dívida através de ações de refinanciamento da dívida e redução dos custos.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Empresa, ver linha (f) deste item 2.1.

Endividamento

O endividamento total apresentou um aumento de R\$ 1.067 milhões, ou 101%, de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023, decorrente principalmente da emissão de debêntures no montante total de R\$ 688 milhões e aumento dos empréstimos em R\$ 379 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As principais fontes de recursos provêm da própria operação da Companhia e de financiamento.

E durante o ano de 2023, a CPFL Transmissão utilizou-se de financiamentos principalmente para investimentos na operação.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento total (incluindo encargos) era de R\$ 2.128 milhões. Deste total, R\$ 403 milhões refere-se ao contrato de empréstimo em moeda estrangeira captado em maio de 2023. O restante, R\$ 1.725 milhões é decorrente da emissão de debêntures.

a. i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais Contratos de Financiamentos em 2023 (incluindo encargos):

Nossas categorias de endividamento são como segue:

Empréstimo em moeda estrangeira (4131). Em 31 de dezembro de 2023, o empréstimo adquirido em moeda estrangeira e atrelado swap somava um montante de R\$ 403 milhões.

Debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 as debêntures totalizavam R\$ 1.725 milhões.

Para mais detalhes sobre nossos empréstimos e debêntures, verificar as notas explicativas 16 e 17 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

a. ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas n (i) acima.

a. iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia constituída.

a. iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Condições restritivas dos empréstimos

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas.

As apurações são feitas anualmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00
- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total maior ou igual a 30%

Condições restritivas das debêntures

Para debêntures, existem algumas exigências de cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não foram contratados empréstimos com limites em 2023.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nossa administração apresenta as demonstrações de resultado consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre as mais relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado:

	Demonstração do Resultado Consolidado (em milhões de reais)				
	2023	AH%	AH-R\$	AV%	2022
Receita operacional líquida	1.833	1%	23	100,0%	1.809
<u>Custo de Operação</u>	<u>(198)</u>	<u>-36%</u>	<u>110</u>	<u>-10,8%</u>	<u>(308)</u>
Depreciação e Amortização	(3)	17%	(0)	-0,2%	(2)
Outros custos com Operação	(195)	-36%	110	-10,6%	(305)
Custo com serviço prestado a terceiros	<u>(510)</u>	<u>112%</u>	<u>(270)</u>	<u>-27,8%</u>	<u>(240)</u>
Lucro Operacional Bruto	1.125	-11%	(137)	61,4%	1.262
Despesas operacionais	(154)	48%	(50)	-8,4%	(104)
Outras Receitas	1	-91%	(12)	0,1%	13
Outras Despesas	(2)	-91%	19	-0,1%	(21)
Resultado do Serviço	970	-16%	(180)	53,0%	1.150
Resultado de Participações Societárias	5	42%	2	0,3%	4
Resultado Financeiro	(178)	-4910%	(182)	-9,7%	4
Receitas Financeiras	83	-53%	(94)	4,5%	177
Despesas Financeiras	(262)	51%	(88)	-14,3%	(173)
Lucro antes IR e CS	798	-31%	(360)	43,5%	1.158
Contribuição Social	(50)	-24%	16	-2,7%	(67)
Imposto de Renda	(139)	-25%	46	-7,6%	(185)
	<u>(189)</u>				<u>(251)</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>609</u>	-40%	<u>(360)</u>	33,2%	<u>906</u>

Receita operacional líquida:

A receita operacional líquida corresponde a receita de operações relacionadas ao serviço de transmissão de energia elétrica incluindo as deduções da receita operacional. Abaixo demonstramos quadro comparativo das receitas em 2023 e 2022:

	Consolidado			
	2023	AH %	AH-R\$	2022
<u>Receita operacional</u>				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	494	-45%	(397)	891
Receita de Operação e Manutenção	723	33%	178	545
Receita com construção da infraestrutura	843	188%	550	292
Outras Receitas	24	-93%	(310)	334
	<u>2.084</u>	<u>1%</u>	<u>22</u>	<u>2.062</u>
<u>Deduções da Receita operacional</u>				
PIS/COFINS	(120)	10%	(11)	(108)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(92)	-6%	6	(98)
Encargos Setoriais	(37)	-14%	6	(43)
Outras deduções	(3)	-25%	1	(4)
Total deduções da Receita operacional	<u>(252)</u>			<u>(253)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.833</u>	1%	23	<u>1.809</u>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em comparação a 31 de dezembro de 2022 a receita operacional líquida não apresentou variações significativas, com um aumento de 1% (ou R\$23 milhões), de modo que encerramos o exercício social de 31 de dezembro de 2023 com uma receita operacional líquida de R\$ 1.833 milhões.

A variação ocorreu principalmente na receita operacional bruta, que foi de R\$ 2.084 milhões, representando um aumento de 1% (R\$ 22 milhões), devido principalmente ao aumento de R\$ 618 milhões na receita de construção, por conta do aumento de investimentos realizados ao longo do ano. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de 32,4% (R\$ 596 milhões) nos demais itens, principalmente por causa da queda na remuneração do ativo financeiro devido à entrada no último ciclo do reperfilamento do componente financeiro do RBSE.

Com relação a deduções da receita operacional, também não houve variações significativas e se manteve estagnado entre os períodos.

Custo de Operação e Custo com serviço prestado a terceiros

Em comparação a 31 de dezembro de 2022, o Custo de Operação apresentou uma queda em torno de R\$ 110 milhões, resultado em R\$ 198 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa queda é representada principalmente pela redução de despesas com Pessoal e Administradores, de R\$ 56 milhões, que é reflexo das despesas reconhecidas em 2022 referente ao programa de demissão voluntária e redução do quadro de funcionários, fato que não ocorreu em 2023. A queda no Custo de Operação também foi impulsionada por uma redução de R\$ 52 milhões na linha de outros, que é composta por diversos fatores menores que combinados, chegaram a este valor de redução. Com relação ao Custo de serviço prestado a Terceiros, o aumento ocorreu devido ao incremento do Custo de Construção no montante de R\$ 270 milhões, fato decorrente de um maior investimento feito pela Companhia em subestações e linhas de transmissão.

Considerando o custo total, houve aumento de 77% (ou R\$ 160 milhões) na comparação com 31 de dezembro de 2022.

Despesas Operacionais

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrou-se um acréscimo de R\$ 63 milhões nas Despesas Operacionais. Este aumento é principalmente atribuído às provisões para contingências e às despesas relacionadas a depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total de despesas dessas naturezas totalizou R\$ 59 milhões, enquanto o restante corresponde a outras despesas operacionais. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022, as despesas jurídicas alcançaram R\$ 85 milhões. No entanto, esse valor foi compensado pela reversão da provisão para realização de AFAC de R\$ 94 milhões, o que teve um impacto positivo no saldo das despesas operacionais em 2022. Isso resultou em um aumento das despesas operacionais entre os anos, de modo que, embora tenha havido uma queda nas despesas para contingências em 2023, a reversão da provisão em 2022 teve um efeito compensatório, influenciando o saldo geral para esse ano.

Resultado do Serviço

Em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado de serviço da CPFL Transmissão reduziu em 16% (R\$ 180 milhões). A redução está diretamente ligada aos seguintes fatores: i) aumento do custo com serviço prestado a terceiros em R\$ 270 milhões; ii) valor que foi compensado parcialmente por uma redução no custo de operação em R\$ 110 milhões; iii) efeitos somados ao aumento de R\$ 23 milhões em receita líquida operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como o aumento do custo com serviço prestado a terceiros se sobressaiu a redução do custo operacional e ao aumento da receita líquida operacional, houve uma redução no resultado do serviço.

Lucro Líquido

Resultado Financeiro

Abaixo, demonstramos a abertura dos valores que compõem o resultado financeiro, dividido entre as Receitas e as Despesas Financeiras para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

	Resultado Financeiro (em milhões de R\$)				2022
	2023	AH%	AH-R\$	AV%	
Receitas					
Rendas de aplicações financeiras	55	29%	12	65,4%	42
Atualização de depósitos judiciais	9	-16%	(2)	10,4%	10
Atualizações monetárias e cambiais	18	-84%	(94)	22,1%	113
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3)	-8%	0	-3,9%	(3)
Outros	5	-69%	(10)	5,7%	15
Total	83		(94)		177
Despesas					
Encargos de dívidas	(166)	78%	(73)	-199,6%	(93)
Atualizações monetárias e cambiais	2	-107%	38	2,9%	(36)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(31)	87%	(14)	-37,0%	(17)
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(6)	153%	(4)	-7,0%	(2)
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	(2)	-306%	(3)	-2,4%	1
Derivativos	(33)	100%	(33)	-39,8%	-
Outros	(25)	-3%	1	-30,3%	(26)
Total	(261)		(88)		(173)
Resultado financeiro	(178)				4

Em comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro variou significativamente, somando uma queda de R\$ 182 milhões, que fez com que o exercício de 31 de dezembro de 2023 encerrasse com uma despesa financeira de R\$ 178 milhões. Tal variação foi representada por uma redução da receita financeira em 53% (R\$ 94 milhões) e um aumento da despesa financeira em 51% (R\$ 88 milhões), que se deve aos seguintes fatores: i) Aumento de R\$ 73 milhões nas despesas com encargos de dívidas, impulsionado pela contratação de um empréstimo em dólar em maio de 2023 e pela 10ª emissão de debêntures ocorrida em novembro de 2023; ii) uma queda nas receitas com variações cambiais em R\$ 94 milhões, compensado parcialmente por uma redução nas despesas com variação cambial em R\$ 56 milhões, fatores que estão ligados diretamente a contratação do empréstimo em dólar em maio de 2023, que em 31 de dezembro de 2023, soma o valor de R\$ 409 milhões; iii) por fim, vale ressaltar o aumento das despesas com derivativos em R\$ 33 milhões, derivativos que foram contratados para o empréstimo em dólar adquirido pela Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social reduziram para R\$ 189 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 251 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal redução está diretamente relacionada a queda no lucro entre os períodos. A taxa efetiva de 24% sobre o lucro antes dos impostos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi superior à taxa efetiva de 22% do exercício de 31 de dezembro de 2022 principalmente devido à queda do lucro antes do IR/CS.

Lucro líquido

Comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido reduziu 33% (ou R\$ 303 milhões), resultando em R\$ 609 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários sobre as variações mais relevantes do Fluxo de Caixa:

	Fluxo de Caixa (milhões de reais)				
	31/12/2023	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos	798	-31%	(360)	213,1%	1.157
Ajustes:					
Depreciação e amortização	10	-318%	15	2,7%	(5)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1	-78%	(2)	0,2%	3
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5)	42%	(2)	-1,4%	(4)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	40	-29%	(16)	10,7%	56
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	-128%	(9)	-0,5%	-
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(6)	-21%	2	-1,6%	(7)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	211	197%	140	56,3%	71
Ativo Contratual	(775)	-29%	316	-206,9%	(1.090)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61	100%	61	16,4%	-
Outros	2	-97%	(56)	0,5%	58
	335	36%	89	89,4%	246
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais					
(Aumento) redução dos ativos:					
Concessionárias e Permissionárias	(23)	14%	(3)	-6,2%	(20)
Tributos a recuperar	33	-178%	75	8,8%	(42)
Estoques	26	-519%	32	6,9%	(6)
Empréstimos a Receber	-	-100%	(199)	0,0%	199
Adições do ativo de transmissão	(548)	139%	(318)	-146,4%	(230)
Ativo Contratual	612	-6%	(39)	163,4%	650
Depósitos judiciais	(51)	6%	(3)	-13,6%	(48)
Outros ativos	(25)	131%	(14)	-6,8%	(11)
	23	-95%	(469)	6,1%	492
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores	73	85%	34	19,5%	39
Obrigações fiscais	(48)	-756%	(56)	-12,9%	7
Obrigações trabalhistas a pagar	3	-111%	34	0,9%	(31)
Obrigações da concessão	44	8851%	44	11,9%	0
Outras contas a pagar	(9)	-94%	126	-2,3%	(134)
Provisão para Benefícios a Empregados	(97)	18%	(15)	-26,0%	(82)
	(33)	-83%	167	-8,9%	(200)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(255)	437%	(207)	-68,0%	(47)
Pagamento de contingências judiciais	(11)	-22%	3	-2,9%	(14)
IRPJ e CSLL pagos	(64)	-6%	4	-17,0%	(68)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(5)	-101%	(413)	-1,3%	409
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100%	-	0,0%	-
Dividendos Recebidos	1	-77%	(3)	0,2%	4
Investimentos em Títulos do Governo	(22)	-140%	(76)	-5,8%	54
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(151)	95%	(74)	-40,5%	(78)
Adições no Intangível	(1)	100%	(1)	-0,3%	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(174)	772%	(154)	-46,4%	(20)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(24)	-96%	567	-6,4%	(590)
Captação de Empréstimos e Debêntures	1.165	22%	207	311,3%	958
Liquidação de Operações com Derivativos	(19)	100%	-	-5,0%	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital proprio	(839)	-31%	380	-224,2%	(1.219)
Redução de capital	-	100%	-	0,0%	-
Resgate compulsório de ações	-	-100%	16	0,0%	(16)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	284	-133%	1.150	75,7%	(867)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	105	-122%	584	28,2%	(478)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	269	-64%	(478)	71,8%	747
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	374	39%	105	100,0%	269

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido oriundo das operações

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado oriundo das atividades operacionais teve uma queda significativa, de R\$ 413 milhões (cerca de 101%), resultando em um caixa consumido de R\$ 5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa queda é resultante principalmente, de:

- a) i) Lucro antes dos tributos: redução de 31% (ou R\$ 360 milhões) em relação ao exercício de 2022, atingindo em 2023 o montante de R\$ 798 milhões. Essa redução deve-se, sobretudo ao fato de que a Receita Operacional Líquida da Companhia se manteve estagnada, com um aumento de apenas R\$ 23 milhões em comparação a 31 de dezembro de 2022, fator que somado a um aumento no custo total de R\$ 160 milhões, impactou diretamente na queda do lucro antes dos tributos; ii) Outro fator que contribuiu para a redução foi o fato de que houve um aumento das despesas de encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais em R\$ 140 milhões, fato diretamente relacionado a aquisição de empréstimo em moeda estrangeira em maio de 2023 e emissão de debêntures; iii) redução de R\$ 316 milhões decorrente da remuneração do ativo contratual, fator que está ligado a remensuração do ativo contratual através da estimativa de RTP (Revisão Tarifária Periódica) do contrato de concessão 055/2001 reconhecido em 2022;

ii) (Aumento) Redução nos ativos operacionais: redução de R\$ 469 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referente, principalmente a i) redução dos empréstimos a receber em R\$ 199 milhões, decorrente da quitação do mútuo que a Companhia tinha a receber com a CEEE-D e ii) aumento das adições nos ativos de transmissão em R\$ 318 milhões, decorrente de um maior investimento em infraestrutura feito pela Companhia;

Tais variações nos ativos operacionais foram em parte compensadas, por:

iii) Aumento (Redução) nos passivos operacionais: uma queda dos passivos operacionais na ordem de R\$ 167 milhões, impulsionada por uma queda significativa de R\$ 126 milhões na linha de "out" as contas a pagar", decorrente principalmente de variações na provisão para despesas socioambientais e redução da provisão para contrato oneroso. Tal queda, somada as variações das demais linha, se demonstrou como a mais representativa.

Por fim, vale destacar o aumento de R\$ 207 milhões na linha de juros de empréstimos e financiamentos pagos, aumento decorrente da aquisição de empréstimo em moeda estrangeira e emissão de debênture, conforme já ressaltado anteriormente.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos

Observa-se, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$ 154 milhões no consumo de caixa em atividades de investimentos, o qual, ao fim de 2023, atingira o montante de R\$ 174 milhões. O aumento mencionado é decorrente, principalmente, de (i) aumento de 95% (ou R\$ 74 milhões) no caixa consumido na aquisição de bens do ativo imobilizado, decorrente de um maior investimento da Companhia em infraestrutura; (ii) queda de 140% (ou R\$ 76 milhões) em investimentos em títulos do governo, que, com uma variação positiva, também impactou no aumento da utilização de caixa nas atividades de investimento.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos

Em relação ao exercício de 2022 (cujo caixa utilizado para atividades de financiamentos fora de R\$ 867 milhões), no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nota-se uma redução significativa no caixa consumido em 133% (ou R\$ 1.151 milhões), atingindo o montante de caixa gerado de R\$ 284 milhões. Tal movimentação é decorrente i) da redução de amortização do principal de empréstimos e financiamentos em R\$ 567 milhões, fato relacionado aos extensos prazos de amortização dos empréstimos vigentes da CPFL Transmissão; ii) aumento da captação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de empréstimos e debêntures em R\$ 207 milhões por conta de novas captações; iii) redução de 31% (ou R\$ 380 milhões) em pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

O segmento de transmissão é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

Em relação aos seus resultados, a receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2023 com uma receita operacional bruta de R\$ 2.084 milhões mantendo-se estável em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que a receita operacional bruta foi de R\$ 2.062 milhões. Com as deduções (impostos, encargos e taxas setoriais) a receita operacional líquida encerrou 2023 com um montante de R\$ 1.833 milhões, também estável em relação a 2022, que foi de R\$ 1.809 milhões.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita das operações da CPFL-T é proveniente da Construção das instalações de transmissão e dos serviços de Operação e Manutenção das mesmas, além da remuneração do Ativo da Concessão Contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultado das Operações – 2023 em comparação a 2022

Vendas

A receita operacional líquida da CPFL-T no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 1.833 milhões, permanecendo estável em comparação com R\$ 1.809 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo o fato de que a Companhia se mantém em um processo de crescimento gradual.

Resultado do Serviço de Energia Elétrica

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço diminuiu R\$ 180 milhões resultando em um montante de R\$ 970 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação identificada no Resultado do Serviço é decorrenças variações:

(a) (i) Invariabilidade da Receita Operacional Líquida entre os períodos, que somado a:

(ii) Um aumento do Custo total em R\$ 160 milhões, considerando o efeito líquido de queda de R\$ 110 milhões do Custo de Operação e um aumento de R\$ 270 milhões no Custo com Serviço prestado a Terceiros, em relação a 2022. Um dos principais impulsionadores pela redução do Custo de Operação em 2023 em relação a 2022 é decorrente de uma redução de R\$ 56 milhões em custos relacionados a Pessoal e Administradores, principalmente relacionado ao fato de que em 2022 houve uma despesa maior de pessoal devido ao programa de demissão voluntária ocorrido naquele ano. Já no que diz respeito ao aumento do Custo com Serviço prestado a Terceiros, o aumento está diretamente relacionado ao aumento do custo de construção, devido ao maior volume de investimentos realizado em 2023.

iii) Um aumento de R\$ 50 milhões em Despesas Operacionais, impactado principalmente em Outras Despesas Operacionais que teve um aumento de R\$ 63 milhões em despesas, decorrente de um aumento de provisão para

2.2 Resultados operacional e financeiro

contingências e de despesas relacionadas a custas de processos judiciais. Esse aumento foi parcialmente compensado por uma redução de despesas com vendas e despesas gerais e administrativas em R\$ 13 milhões.

Lucro líquido

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado líquido apresentou uma queda em R\$ 360 milhões resultando em um lucro líquido de R\$ 906 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse resultado é reflexo de (i) invariabilidade na receita operacional líquida entre os períodos avaliados; (ii) aumento dos custos totais em R\$ 160 milhões conforme já destacado; (iii) aumento das despesas operacionais em R\$ 50 milhões, conforme já destacado; (iv) aumento da despesa do resultado financeiro em R\$ 182 milhões, decorrente de uma queda na receita financeira em R\$ 94 milhões e um aumento na despesa financeira de R\$ 88 milhões, fato diretamente relacionado ao aumento da captação de empréstimos e emissão de debênture em 2023, além da redução de receita oriunda de juros sobre aplicações financeiras.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

O segmento Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da Receita Anual Permitida (RAP), corrigida anualmente pelo IPCA e IGPM (contrato 80) e, através da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de acordo com o ciclo tarifário determinado pela ANEEL.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Conjuntura Econômica Brasileira

Todas as nossas operações estão no Brasil, e por essa razão somos afetados pela conjuntura econômica brasileira. Em especial, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, e a inflação afeta nossos custos e nossas margens.

No segmento de transmissão, os consumidores são representados pelas concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia, que em sua maioria, atendem o consumidor final (residenciais, comerciais e industriais – embora este último, possa ser atendido diretamente pelas transmissoras de energia). Assim, mudanças no ambiente macroeconômico decorrente de queda na renda, emprego, inflação, juros, entre outros, afetam consequentemente a demanda das transmissoras.

Além disso, alguns fatores podem afetar significativamente a demanda por energia das Distribuidoras que impactam diretamente nas transmissoras, dependendo da categoria de consumidores:

- *Consumidores Residenciais e Comerciais.* Essas classes são muito afetadas por condições climáticas, o desempenho do mercado de trabalho, distribuição de renda, disponibilidade de crédito entre outros fatores. Temperaturas elevadas e aumento dos níveis de renda causam um aumento na procura por energia elétrica e, portanto, aumentam as nossas vendas. Por outro lado, o aumento do desemprego e a diminuição da renda familiar tendem a reduzir a demanda e nossas vendas.
- *Consumidores Industriais.* O consumo dos consumidores industriais está relacionado ao crescimento econômico e investimento, relacionados principalmente à produção industrial. Nos períodos de crise financeira, esta categoria sofre o maior impacto.

A inflação afeta nossos negócios principalmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A depreciação do Real aumenta o custo do serviço da nossa dívida em moeda estrangeira e os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, um dos principais fornecedores do grupo CPFL Energia, que reajusta os preços com base em seus custos parcialmente atrelados a dólares norte-americanos.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Exercício encerrado em 31 de	
	2023	2022
Crescimento do PIB (em reais) ⁽¹⁾	2,9%	3,0%
Taxa de desemprego ⁽²⁾ – média de %	8,0%	9,3%
Crédito à pessoa física (recursos não destinados) – % PIB	18,0%	17,6%
Crescimento das Vendas no Varejo	1,7%	1,0%
Crescimento da Produção Industrial	0,2%	(0,7%)
Inflação (IGP-M) ⁽³⁾	(3,2) %	5,5%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	4,6%	5,8%
Taxa de câmbio média – US\$1,00 ⁽⁵⁾	R\$ 4,99	R\$ 5,17
Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00	R\$ 4,84	R\$ 5,22
Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano	(7,2%)	(6,5%)

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central do Brasil

1. Fonte: IBGE.
2. Taxa de desemprego conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3. A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.
4. A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
5. Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com o Relatório Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos

2.2 Resultados operacional e financeiro

impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada—em meta contínua - houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de decompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo, que depende mais do crédito, houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito à Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância,

2.2 Resultados operacional e financeiro

proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Em 2022 e 2023, o rating da CPFL Energia foi confirmado como AAA pelas agências'Standard'and Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Rating.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras de 2023 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis.

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Mais detalhes sobre mudanças nas práticas contábeis, vide nota 3.16 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

2023

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, datado de 21 de março de 2024, emitido pela PwC Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em fato relevante, divulgado em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão e por meio de Alteração do Contrato Social da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Cone Sul"), a incorporação, pela CPFL Transmissão, de sua controladora direta, Cone Sul, que detinha a totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão, na forma do art. 227 da Lei das S.A. e 1.116 do Código Civil ("Incorporação"), de acordo com os termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. pela Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T", também celebrado naquela data. Em razão da Incorporação, (i) a totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão de titularidade da Cone Sul foram canceladas e novas ações, com os mesmos direitos a elas conferidos, foram atribuídas à sua única sócia, CPFL Comercialização Brasil S.A., ("CPFL Brasil"), em substituição a sua participação no capital social da Cone Sul, e (ii) a Cone Sul foi extinta e seu acervo líquido foi absorvido pela CPFL Transmissão, que a sucedeu em todos bens, direitos, créditos, deveres e obrigações (iii) o capital social da CPFL Transmissão será aumentado em R\$ 20.395.437,09, passando, portanto, de R\$ 981.342.763,72 para R\$ 1.001.738.200,81, representado por 9.791.805 ações, sem valor nominal, sendo 9.677.114 ações ordinárias e 114.691 ações preferenciais, sem direito a voto, todas nominativas.

Em 26 de abril de 2024, a CPFL Geração de Energia S/A. ("CPFL Geração") celebrou, em Assembleia Geral e Extraordinária, a cisão parcial de seu acervo líquido, composto pelos seus investimentos nas empresas CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba"), CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo"), CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Maracanaú"), CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I"), CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II") e dívidas relacionadas aos respectivos investimentos. O valor do acervo líquido cindido foi de R\$ 576.025.110,41, que foi incorporado pela sua controladora CPFL Energia. No mesmo dia, a CPFL Brasil, em Assembleia Geral e Extraordinária, aprovou aumento de capital de R\$ 576.025.110,41, oriundo do aporte do acervo líquido incorporado sua controladora, CPFL Energia, na cisão parcial descrita acima.

Ainda no mesmo dia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2024, a CPFL Transmissão aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 576.025.110,41, resultante do acervo líquido das cinco transmissoras citadas acima, o aumento do capital social ocorreu mediante a emissão de 5.630.539 ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 5.564.589 novas ações ordinárias e 65.950 novas ações preferenciais, pelo preço de emissão de aproximadamente R\$ 102,303724459 por ação totalmente subscritas e integralizadas. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ R\$ 1.001.738.200,81 para R\$ 1.577.763.311,22, dividido em 15.241.703 ações ordinárias e 180.641 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A partir dessa data, as cinco transmissoras citadas acima passam a ser controladas da CPFL Transmissão na estrutura societária do grupo CPFL Energia, sendo que o objetivo desta reestruturação foi o de centralizar os investimentos nas empresas transmissoras, de modo de apresentar um segmento de transmissão mais bem definido para o grupo.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, além das transações divulgadas no item anterior.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	31.12.2023
a. Regras sobre retenção de lucros	A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5%, antes de qualquer outra destinação, para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório; (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito; e (d) em caso de prejuízo no exercício, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.</p> <p>Destinação do Resultado de 2023:</p> <p>Retenções em Reservas de Lucros: Reserva Legal: R\$ 30.280.184,18 Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 49.714.198,80</p> <p>JCP: R\$ 91.800.000,00</p> <p>Proposta de Dividendos: Dividendo Mínimo Obrigatório: R\$ 65.800.874,84 Dividendos Adicionais: R\$ 368.008.425,72</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual. A companhia, ainda, poderá declarar, por meio de deliberação em Assembleia Geral, dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou de períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

2.7 Destinação de resultados

	31.12.2023
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	Não há uma política específica de distribuição de dividendos. Os dividendos são distribuídos considerando as regras previstas em lei, respeitando o Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do não possui ação em relação ao emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Em 31 de dezembro de 2023, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

- ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contratos de compra futura tampouco de venda de produtos ou serviços.

- iii) contratos de construção não terminada**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos, tais como compromissos relacionados a contratos para construção de infraestrutura, que estão apresentados em forma de tabela no item 2.1c desse Formulário de Referência.

- iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, financiamentos contratados cujos limites ainda não foram totalmente utilizados. Para mais informações, vide item 2.1.g deste Formulário de Referência.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens relevantes não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- b) natureza e o propósito da operação;**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2023, os principais investimentos realizados foram destinados à manutenção e expansão do negócio, por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Esses investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para execução de investimentos nos próximos anos.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro					
	2023	2024*	2025*	2026*	2027*	2028*
	(em milhões)					
CPFL-T	735	729	814	731	662	552

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para o biênio de 2024 e 2025, nossas controladas pretendem captar recursos por meio de (i) novos financiamentos junto a bancos de fomento (BNDES, BNB, outros) e (ii) captações com instituições financeiras nacionais e internacionais e (iii) emissão de debêntures.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciassem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

2.10 Planos de negócios

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano ESG 2030 do Grupo CPFL está integrado ao Plano Estratégico da Companhia, e faz parte da sua representação gráfica de eixos prioritários de forma transversal.

O Plano ESG 2030 traz novas diretrizes e estratégias para que possamos fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Um dos compromissos do Grupo CPFL é ter, até 2030, 100% do nosso portfólio de geração de energia renovável. No segmento, este já é nosso foco exclusivo de investimentos desde 2010 e avançamos mais um passo rumo à economia de baixo carbono. Hoje, contamos com uma estrutura de hidrelétricas (UHEs, PCHs e CGHs), usinas de biomassa, parques eólicos e uma planta solar que já contribui com esse perfil de emissões, e estamos estudando a viabilidade de tecnologias de hidrogênio verde para o nosso negócio.

Em paralelo, ampliar a eletrificação da frota técnica operacional pesada, considerando os caminhões com cesto aéreo, é um dos esforços que contribuem nesse desafio e continuaremos os estudos em mobilidade elétrica, iniciados em 2007, para avançarmos ainda mais neste tema.

Para além nas nossas atividades, queremos, como Grupo CPFL, apoiar outras empresas na jornada de descarbonização, por isso, por meio da CPFL Soluções, oferecemos créditos de carbono, certificados de energia renovável (I-RECs) e outras soluções integradas aos clientes. Tudo isso será realizado junto à estratégia para promover e implementar soluções de energia inteligente (smart energy).

A conectividade digital entre pessoas e equipamentos, proporcionada pela evolução das tecnologias, tem levado a uma mudança de paradigmas e a transformações no setor elétrico e, nesse sentido, temos investido significativamente em expansão, automação, modernização e inovações visando maior eficiência, qualidade e robustez da rede, o que também contribui para nossos objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Uma importante forma de promover operações cada vez mais sustentáveis é ampliando nossa atuação sob a perspectiva de circularidade, com a reforma de equipamentos e destinação de componentes de rede para reciclagem ou cadeia reversa. Já possuímos um negócio estruturado no conceito da economia circular dentro do Grupo CPFL, que vem expandindo ao longo dos anos, e que mitiga de forma considerável o nosso volume de resíduos no meio ambiente.

Mais informações relacionadas ao Plano ESG 2030 estão disponíveis em <https://ri.cpfl.com.br/>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nesta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i) os riscos para os quais se busca proteção
- ii) Os instrumentos utilizados para proteção
- iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não reportaram deficiências significativas em seu relatório circunstanciado sobre controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O Relatório circunstanciado de Recomendações para o Aprimoramento dos Controles Internos é emitido pelos auditores independentes para os segmentos de negócio do Grupo CPFL que são escopo de avaliação. Quanto às empresas do segmento da Distribuição do Grupo CPFL, este relatório é anualmente arquivado na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão que regula o setor elétrico brasileiro. Os status dos planos de ação são acompanhados por nosso Comitê de Auditoria, órgão independente da Administração e da auditoria externa.

Não é de conhecimento da Administração da Companhia fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Ainda assim, as demais deficiências identificadas são encaminhadas aos diretores responsáveis para definição dos planos de ação. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza o acompanhamento e verificação do atendimento dos planos de ação ao longo do exercício fiscal.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O Grupo CPFL mantém procedimentos que orientam seus principais processos organizacionais, além de controles internos que são avaliados periodicamente pelas áreas de Auditoria Interna. Também monitora seus principais indicadores de riscos oriundos de sua Matriz de Riscos Corporativos. Adicionalmente, o Grupo CPFL possui um robusto Programa de Integridade composto por 4 dimensões (diretrizes, comunicação, avaliação e monitoramento). Dentre eles, destacamos algumas iniciativas:

- **Código de Conduta Ética do Grupo CPFL Energia e para Fornecedores:** diretrizes éticas a serem seguidas por colaboradores e terceiros com relacionamento direto com o Grupo CPFL Energia. Para conhecer o Código de Conduta e Ética da CPFL, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>. Para conhecer o Código de Conduta Ética para Fornecedores, acesso o website institucional da Companhia, por meio do link: <https://www.grupocpfl.com.br/fornecedores/interesse-em-fornecer>
- **Comitê de Ética e Conduta Empresarial e Comissão de Processamento de Denúncias:** o Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresarial ("COMET") da controladora CPFL Energia é composto por 04 (quatro) membros, sendo 03 (três) de sua Diretoria Executiva, quais sejam o Diretor Presidente (CEO), o Diretor Vice-Presidente Jurídico & de Relações Institucionais e o Diretor Vice-Presidente Executivo, e 01 (um) membro externo e independente, e a Comissão de Processamento de Denúncias ("CPD") é constituída por até 4 (quatro) executivos seniores da Companhia, definidos pelo Comitê de Ética, sendo um deles necessariamente o Diretor de Auditoria, Riscos, Ética e Compliance e Proteção de Dados e 01 (um) membro externo e independente, de acordo com o previsto no Regulamento de Comitê de Ética;
- **Canal Externo de Ética:** empresa independente especializada no recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões) e responsável por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo.
- **Norma de Relacionamento com Agentes Públicos (GED 16.602):** estabelece regras de conduta, quando do envolvimento de colaboradores e/ou representantes das empresas pertencentes à *holding* CPFL Energia S.A. e de todas as suas empresas controladas diretas e indiretas ("Grupo CPFL") em atividades com fins comerciais, de negociação ou gestão de contratos que demandem relacionamento com Administração Pública, Agentes Públicos ou Agentes Políticos. O relacionamento e a interação com quaisquer Agentes Públicos ou Agentes Políticos devem ser éticos, transparentes e pautados na boa fé, respeitando as normas que regem a Administração Pública e os valores e diretrizes estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Grupo CPFL.
- **Política Anticorrupção da CPFL Energia (GED 16.027):** a Política Anticorrupção suplementa, mas não substitui o Código de Conduta Ética, tendo o objetivo de estabelecer os princípios para prevenção e combate da corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Este documento é aplicável a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e/ou parceiros comerciais e partes relacionadas das empresas pertencentes ao Grupo CPFL que tenham o mesmo modelo de gestão e

5.3 Programa de integridade

governança, sendo que nas demais empresas os representantes exercerão seu direito de voto com objetivo de adotar política semelhante. Amparada nos preceitos da conduta anticorrupção, e também das normas internas vigentes, a Política estabelece regras e procedimentos para, por exemplo: (i) proibição da corrupção e suborno e monitoramento de situações vulneráveis a violações (ii) transações envolvendo recursos financeiros; (iii) relacionamento com fornecedores, parceiros comerciais e partes relacionadas; (iv) relacionamento com o poder público. Para acessar a Política Anticorrupção, acesse o website de relações com investidores da controladora CPFL Energia, por meio do link: <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>

Em 2023, o Programa de Integridade do Grupo CPFL recebeu o certificado de manutenção da certificação da ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) atestando a conformidade, as diretrizes e o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL Energia conduz as suas atividades.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Política Anticorrupção, normativo aprovado internamente pelo Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, e a Instrução do Programa de Integridade preveem as responsabilidades de gestão e implementação do Programa de Integridade pela área de Ética e Compliance (área alocada na Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO do Grupo CPFL), e pelo Compliance Officer, função exercida pelo Diretor de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, com reporte direto e independente ao Conselho de Administração da CPFL Energia. Adicionalmente, o Regulamento do Comitê de Ética em conjunto com a diretriz nº 36 do Código de Conduta Ética do Grupo CPFL definem as atribuições e responsabilidades dos membros do COMET e da CPD, dentre as quais destacamos:

- a) o número de membros será definido pelo Conselho de Administração da controladora CPFL Energia;
- b) de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, o Comitê será composto por Diretores Vice-presidentes e, ao menos, por um membro externo ao quadro de profissionais da CPFL, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O auditor interno participará como ouvinte do Comitê;
- c) o Comitê será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, a quem cabe substituir o presidente em caso de ausência ou impedimento, sendo ambos indicados dentre os profissionais da CPFL escolhidos para participar do Comitê;
- d) o Comitê decidirá sobre as denúncias de violação do Código e orientará sobre aplicação de suas normas por meio de campanhas de divulgação, resposta a consultas e emissão de súmulas;
- e) a estrutura e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva da controladora CPFL Energia, por proposta do Comitê; e
- f) o Conselho de Administração da controladora CPFL Energia substituirá o Comitê em suas atribuições nos casos de violação das diretrizes do Código cometidos por membros do Comitê, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração.

- iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Código de Conduta Ética do Grupo CPFL é o guia orientador do Programa de Integridade que contém os princípios, valores e compromissos éticos, de integridade e de transparência que devem ser observados indistintamente por todos os colaboradores em suas atividades, incluídos os membros: (i) do Conselho de Administração, (ii) dos Conselhos e Comitês de Assessoramento, e (iii) da Diretoria Executiva de todas as

5.3 Programa de integridade

empresas do Grupo CPFL, bem como demais gestores e partes relacionadas. Salienta-se ainda, que o referido normativo passou por um processo de aprovação que abrange a mais alta instância executiva do Grupo CPFL, quais sejam as agendas de RD (Reunião de Diretoria) e RCA (Reunião do Conselho de Administração), e está disponível em ambiente de amplo e público acesso através do site institucional do Grupo CPFL, através do link: <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>

Além disso, em 2023 o Código de Conduta Ética para Fornecedores foi revisado e republicado - normativo derivado e sujeito ao Código de Conduta Ética do Grupo CPFL supramencionado, mas que tem um direcionamento específico para o público de fornecedores e prestadores de serviços, visando assegurar a compatibilidade entre os valores da cadeia de suprimentos e aqueles disseminados pelo Grupo CPFL. Referido normativo está disponível no site institucional através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/fornecedores/interesse-em-fornecer>.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O âmbito de aplicação do Código de Conduta Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores abrange tanto colaboradores e gestores internos quanto o público externo de fornecedores e partes relacionadas ao Grupo CPFL, conforme previsto na diretriz nº 13 “Responsabilidade pelo cumprimento dos valores e das diretrizes definidos no Código de Conduta Ética (Código)”. Além disso, o estabelecimento do Programa de Integridade, do Comitê de Ética e Conduta Empresarial e da Comissão de Processamento de Denúncias visam monitorar, justamente, o cumprimento das diretrizes éticas do Grupo CPFL em todos os níveis a partir de uma abordagem “*tone at the top*”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta Ética, em suas diretrizes nº 13, “e” e 37, “d”, estabelece a possibilidade de aplicação de medidas disciplinares como consequência de condutas não alinhadas ou praticadas em violação às diretrizes do Código. Cabe ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial, após análise do relatório de investigação de denúncia, e deliberação quanto à procedência da denúncia, a recomendação de aplicação de medida disciplinar ao(à) colaborador(a) denunciado(a), sendo a dosimetria da medida disciplinar sugerida pelo Comitê e a aplicação realizada em conformidade com os procedimentos do normativo de Medidas Disciplinares e Ressarcimento de Danos (GED 17055).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética está na sua 5ª versão e foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 20 de abril de 2023, estando disponível no site institucional do Grupo CPFL em local de público acesso, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i) **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética do Grupo CPFL é gerenciado por uma empresa externa independente (Contato Seguro), contratada para recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões), e está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, através dos links: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/canal-de-etica>

5.3 Programa de integridade

e <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>, do e-mail: eticacpfl@contatoseguro.com.br, do telefone 0800 601 8670, e do aplicativo da Contato Seguro acessível tanto para dispositivos Android através da Google Play Store, como equipamentos iOS via Apple Store.

- ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto à apresentação de registros por todos os públicos de relacionamento das empresas do Grupo CPFL.

- iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética assegura a integridade e confidencialidade das informações e do registro apresentado, bem como o anonimato dos usuários, e atribui um número de identificação (protocolo) que permite ao usuário o acompanhamento do status do registro. Adicionalmente, o Grupo CPFL proíbe qualquer prática de retaliação contra relatos realizados de boa-fé, conforme previsto no Código de Conduta Ética, na Política Anticorrupção, na instrução do Programa de Integridade e no Regimento de Comitê de Ética, e reforçado no sítio eletrônico em que o Canal está divulgado (link: <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>).

- iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Grupo CPFL possui o COMET e CPD que contam com a participação de membros da alta administração e da diretoria executiva, e que foram implantados para gestão do processo de investigação e avaliação das denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL.

- c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Inexistem casos confirmados desta natureza nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevante em relação aos itens anteriores que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.